



## ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

1 No dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, na FINATEC, Sala de Reuniões, 1º  
2 andar, foi realizada a 74ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher  
3 (CNDM). Estiveram presentes na reunião as seguintes conselheiras: **Adélia Moreira Pessoa**,  
4 Representante do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM); **Alessandra Santos de**  
5 **Almeida**, Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP); **Alice Bianchini**, Representante  
6 de Notório Conhecimento; **Alison Regina Mazza Lubascher**, Representante da Federação das  
7 Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW-BRASIL); **Andremara Dos Santos**,  
8 Representante de Notório Conhecimento; **Celecina Rodrigues dos Santos**; Representante do  
9 Instituto Eco Vida; **Celina Alves Padilha Arêas**, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do  
10 Brasil (CTB); **Chopelly Glaudivston Pereira dos Santos**, Representante da Associação Nacional  
11 de Travestis e Transexuais (ANTRA); **Cleide Jane Figueiredo de Araujo**, Representante do  
12 Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas (MNCP); **Cleide Silva Pereira Pinto**, Representante  
13 da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD); **Deusimar Corrêa**,  
14 Representante do Centro de Estudos Afro-Religioso e Cultural Rumpaimé Héviosô ZÔÔNOKUM  
15 MEAN; **Evelin Cavalini Santana**, Representante da Articulação Brasileira de Lésbicas;  
16 **Francilene Carvalho de Mesquita** Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas  
17 Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); **Grace Fátima Souza Rosa**, Representante do Ministério  
18 da Saúde; **Ivanete Alves de Oliveira**, Representante da União de Negras e Negros pela Igualdade  
19 (UNEGRO); **Jane Maria Vilas Boas**, Representante do Ministério do Meio Ambiente; **Kátia**  
20 **Evangelista Regis**, Representante da Ministério da Igualdade Racial; **Luanda Pires**, Representante  
21 do Notório Conhecimento; **Mara Luzia Feltes**, Representante da Central Única dos Trabalhadores  
22 (CUT); **Maraisa Bezerra Lessa**, Representante do Ministério da Educação; **Maria Dirlene**  
23 **Trindade Marques**, Representante da Rede feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos;  
24 **Rafaela Feitosa Damasceno**, Representante do Instituto Nacional das Mulheres Redesignadas

25 (INAMUR); **Rosângela Rosa Maria Ferreira de Mello**, Representante da Confederação das  
26 mulheres do Brasil (CMB); **Sandra Laules**, Representante da Rede Nacional de Mulheres Negras  
27 no Combate à Violência; **Sônia Da Costa**, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e  
28 Inovação; **Sônia Maria Zerino da Silva**, Representante da Confederação Nacional dos  
29 Trabalhadores na Indústria (CNTI); **Tereza Martins Godinho**, Representante do Ministério do  
30 Trabalho e Emprego (MTE); **Valéria Cristina Vilhena**, Representante das Evangélicas por  
31 Igualdade de Gênero (EIG); **Vanja Andréa Reis dos Santos**, Representante da União Brasileira de  
32 Mulheres (UBM); Coordenadora Geral do CNDM **Sandra Marrocos**, Assessora de Participação  
33 Social e Diversidade do Ministério das Mulheres **Atiliana da Silva Vicente Brunetto**; e as  
34 seguintes assessoras técnicas **Poliana Rezende Soares Rodrigues**, Ministério das Mulheres; **Ana**  
35 **Rocha**, Ministério das Mulheres; **Saete Miranda**, Ministério das Mulheres; **Josilene Lúcia dos**  
36 **Santos**, Ministério das Mulheres;

37 **Abertura da Reunião:** A reunião no período da manhã foi presidida pela Conselheira Maria  
38 Dirlene Trindade Marques, auxiliada pela Conselheira Alessandra Santos de Almeida e pela  
39 Coordenadora Geral do CNDM Sandra Marrocos, auxiliada pela Assessora de Participação Social e  
40 Diversidade do Ministério das Mulheres Atiliana da Silva Vicente Brunetto. A reunião foi iniciada e  
41 informado pela Sra. Maria Dirlene Trindade Marques sobre a composição da mesa, pontuando que  
42 pela primeira vez, nesta gestão, a mesa será coordenada e presidida pela Sociedade Civil,  
43 enfatizando que essa situação é histórica porque faz parte de uma luta histórica pela democratização  
44 deste Conselho que haja uma rotatividade na presidência do CNDM. Explicou que essa situação se  
45 devia ao fato de a Ministra Aparecida Gonçalves, bem como sua substituta legal, Secretária Carmen  
46 Foro, estarem em outras obrigações, sendo previsto regimentalmente que nestes casos a reunião  
47 pode ser presidida por uma Conselheira da Coordenação Política. Informou que no dia anterior,  
48 durante uma reunião da Coordenação Política, foi decidido que pela manhã a mesa seria composta  
49 pelas Conselheiras Maria Dirlene Trindade Marques e Alessandra Santos de Almeida e no período  
50 da tarde a mesa seria composta pelas Conselheiras Mara Luzia Feltes e Sandra Laules da Sociedade  
51 Civil, e que nos dois turnos a mesa também seria composta por Sandra Marrocos e Atiliana  
52 Brunetto do Ministério das Mulheres. Em seguida passou-se a palavra para a Sra Alessandra Santos  
53 de Almeida fazer a abertura da reunião, ocasião que leu um poema de boas-vindas e informou que  
54 iria ficar responsável pelo controle do tempo de fala das conselheiras. A Sra Maria Dirlene Trindade  
55 Marques retomou a palavra para fazer um agradecimento à equipe técnica do CNDM, enfatizando

56 que a equipe foi uma reivindicação das conselheiras e destacando a necessidade de ampliar a equipe  
57 para que esta não fique sobrecarregada. Em seguida passou-se a palavra para Sra. Sandra Marrocos  
58 fazer seus cumprimentos iniciais que, em sua saudação, destacou o momento histórico em que a  
59 Sociedade Civil era protagonista na condução do Pleno do Conselho. Concluiu que os dois dias de  
60 planejamento foi positivo, dizendo ter superado as suas expectativas e parabenizou a todas,  
61 inclusive à equipe técnica do CNDM composta por Bárbara Saraiva, Rayssa Cruz e Poliana  
62 Rodrigues. Falou da importância da retomada do controle social e da Sociedade Civil ser  
63 protagonista desses espaços e em seguida fez agradecimento à Atiliana Brunetto, assessora de  
64 participação social do Ministério das Mulheres. Passou-se a palavra para Sra. Atiliana da Silva  
65 Vicente Brunetto que deu boas-vindas a todas, ensejando que os encaminhamentos fossem feitos  
66 para que pudesse continuar o fortalecimento do Conselho, o qual tem muita coisa para fazer em  
67 defesa das mulheres brasileiras. Com a palavra, a Sra. Maria Dirlene Trindade Marques leu o  
68 regimento na parte que consta a previsão de a Sociedade Civil assumir a presidência do Pleno na  
69 falta da Ministra e sua representante legal. Em seguida, pediu para que as companheiras  
70 acompanhem a pauta impressa e entregue a cada uma. Passou-se a palavra para a Sra. Mara Luzia  
71 Feltes fazer os dois informes indicados na pauta. Informou que estava participando de uma reunião  
72 do 8 de março e uma representante do Coletivo Voz Materna fez um relato que emocionou a todas  
73 presentes na referida reunião e que o referido Coletivo havia enviado um ofício ao CNDM sobre a  
74 questão da alienação parental. Relatou que na ocasião se apresentou como conselheira do CNDM ao  
75 final da reunião para a representante da Voz Materna, que solicitou que a conselheira reforçasse o  
76 pedido que elas fizeram no ofício encaminhado ao CNDM. Explicou que o ofício trata da questão  
77 da reforma do código civil, a qual está sendo acompanhada por conselheiras do CNDM, como Alice  
78 Bianchini e Adélia Moreira Pessoa. Prosseguiu explicando que, no ofício, as representantes da Voz  
79 Materna pedem uma manifestação com análise e posicionamento do texto proposto de reforma do  
80 código civil. Relatou que no ofício as representantes alegam que o texto que foi apresentado  
81 representa um atraso pois ignora tudo o que foi discutido por diversos órgãos como Conselho  
82 Nacional de Saúde, Direitos Humanos, especialistas da ONU, Conselho Federal de Serviço Social,  
83 Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência sexual contra criança e adolescente, Conselho de  
84 Direitos Humanos da ONU, Ministério dos Direitos Humanos. Leu um trecho do ofício e informou  
85 que este seria encaminhado à Câmara técnica de Legislação e Normas, para que pudesse responder  
86 à solicitação do ofício. Concluído os informes, a presidenta da mesa, a Sra. Maria Dirlene Trindade

87 Marques, deu seguimento ao próximo ponto da pauta, a aprovação das atas da 72ª e da 73ª reunião  
88 ordinária do CNDM, que foram encaminhadas antecipadamente para todas as conselheiras que  
89 poderiam enviar propostas de alteração ou trazerem-nas para o Pleno. Como não houve nenhuma  
90 manifestação de proposta de alteração, pontuou que a ausência de proposta de alteração nas atas era  
91 resultado da competência da equipe técnica do CNDM, parabenizando Sandra Marrocos, Bárbara  
92 Saraiva, Rayssa Cruz e Poliana Rodrigues. Explicou que historicamente as reuniões do Pleno  
93 iniciam com uma discussão sobre análise de conjuntura, a qual é importante para que as pessoas  
94 possam trazer a sua visão de mundo e dar projeção e com isso analisar as diferentes pautas do  
95 conselho. Colocou-se em discussão que fosse aberto um tempo limitado de 3 minutos para cada  
96 conselheira que quisesse se manifestar ou que não houvesse esse momento de análise de conjuntura  
97 considerando as discussões que foram feitas nos dois dias de planejamento. A Sra. Chopelly  
98 Glaudystton Pereira dos Santos se manifestou defendendo a análise de conjuntura como um  
99 momento de suma importância em todas as reuniões, inclusive com a presença da Ministra, porque  
100 é a forma de relatar tanto os acontecimentos externos e trazer o debate para a plenária como  
101 também para poder trazer as críticas para o ministério, tanto aquelas que chegam da Sociedade Civil  
102 quanto as das próprias conselheiras. Afirmou que não considera as discussões do planejamento  
103 como análise de conjuntura e que se não houvesse o momento para as conselheiras se manifestar,  
104 elas acabariam trazendo suas manifestações referentes à análise de conjuntura em outros momentos  
105 da pauta. Pontuou que o tempo de 3 minutos não seria suficiente para que as conselheiras pudessem  
106 se manifestar e ponderou que as conselheiras precisavam trazer temas pertinentes à análise de  
107 conjuntura para que o conselho pudesse discutir e chegar em um senso comum. Com a palavra, a  
108 Sra. Maria Dirlene Trindade Marques colocou em votação e por unanimidade foi decidido manter a  
109 análise de conjuntura. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques, então, abriu para inscrições de  
110 análise de conjuntura. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos falou da criação, pelo  
111 Ministério, do Grupo de Trabalho para trabalhar com a pauta das mulheres LBTs, e alegou que  
112 dentro desse GT havia companheiras da entidade dela, mas no entanto, este GT não teria sido  
113 discutido por esse Pleno, que conta com 3 conselheiras LBTs, ressaltando que a pauta da pessoa  
114 trans no conselho havia sido trazida por ela. Argumentou que acreditava que quando o ministério  
115 cria um GT para discutir a pauta de mulheres LBTs, as mulheres LBTs do conselho precisavam  
116 estar inseridas nele e só depois fossem convidadas outras pessoas, criticando ter sido comunicada  
117 apenas por meio das redes sociais da assessoria para mulheres LBTs e lembrou que a criação dessa

118 assessoria havia sido provocada pelo diálogo em que o seu coletivo conseguiu sensibilizar a então  
119 Ministra Eleonora Menicucci. Encerrou sua fala pedindo para ouvir as companheiras conselheiras e  
120 o ministério sobre a questão colocada. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas se pronunciou  
121 primeiramente em relação a questão internacional, pontuando que o conselho precisava se envolver  
122 no debate sobre o genocídio na Palestina e propôs que o conselho se manifestasse em apoio à fala  
123 do Presidente Lula e contra o genocídio. Com relação a questão nacional, ponderou que apesar de a  
124 direita ter sido derrotada nas eleições, ainda era maioria no congresso, o que garante que possa  
125 aprovar as leis que lhe favorece, sendo assim afirmou a necessidade da atuação do Conselho, que  
126 não deve apenas esperar iniciativa do Presidente. Por último, falou das eleições municipais,  
127 ressaltando a dificuldade das mulheres para serem candidatas e que a cota de 30% não era  
128 suficiente, propondo que a cota fosse de 30% de cadeira. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques  
129 analisou que a pauta prioritária era a questão da Palestina e que não era possível o Conselho  
130 permanecer sem se manifestar a respeito da situação de calamidade inaceitável para um mundo  
131 humanizado que nós pretendemos construir. Argumentou que não se pode chamar essa situação da  
132 Palestina de guerra nem de conflito, pois acredita ser, de fato, um genocídio, concordando com a  
133 fala do Presidente Lula. Pontuou que não se pode aceitar a advertência de forma desrespeitosa que o  
134 presidente de Israel fez sobre a fala do Presidente Lula, propondo o rompimento das relações  
135 diplomáticas e o rompimento do fornecimento de armas. Finalizou sua fala propondo uma moção  
136 contra o desrespeito que o estado da Israel teve em relação a um representante do governo brasileiro  
137 e manifestando que o governo brasileiro dê continuidade à sua fala, rompendo as relações  
138 diplomáticas e as relações comerciais com o estado de Israel. A Sra. Alice Bianchini se manifestou  
139 sobre a licença paternidade, informando que o Supremo Tribunal Federal decidiu que o Congresso  
140 tem 180 dias para regularizar a licença paternidade, destacando a importância dessa temática para o  
141 Conselho, pois dialoga com a questão da política de cuidados, cria um conceito de que filhos e  
142 filhas não são responsabilidade apenas da mãe, criando uma ideia de responsabilidade dos homens  
143 em relação as tarefas domésticas, diminuindo a carga que nós mulheres temos em relação aos  
144 cuidados. Propôs que o Conselho acompanhasse essa pauta e temática, e fizesse uma mobilização  
145 que adentre as entidades que compõem o conselho, para que a temática fique no radar e evite de  
146 tenha que se aceitar alguma lei que não contemple os interesses do Conselho. A Sra. Ivanete Alves  
147 de Oliveira comentou que algumas entidades que compõem o conselho já fizeram moção de apoio  
148 em relação a situação da Palestina e disse concordar com a conselheira Chopelly na questão de

149 garantir a participação do Conselho nos grupos de trabalho. A Sra. Celecina Rodrigues dos Santos,  
150 informou que também é uma representação no Conselho Nacional de Economia Solidária  
151 destacando o trabalho de longa data feita pela economia solidária no Rio de Janeiro, e no Brasil de  
152 forma geral, onde havia uma Secretaria Nacional de Economia Solidária que, com a gestão do  
153 governo passado, foi desmontada e transformada em um departamento. Diante do atual momento de  
154 retomada da democracia na atual gestão, questionou por que o CNDM não está junto da Economia  
155 Solidária se na Política Nacional de Políticas para Mulheres, o PNPM, a economia solidária está  
156 citada. Sendo assim, registrou sua provocação argumentando que, sendo a economia solidária uma  
157 economia feminista composta por cerca de 90% de mulheres, é uma incoerência esta pauta não estar  
158 presente no CNDM. Concluiu propondo que o CNDM fizesse uma articulação para garantir que a  
159 pauta das mulheres fosse incluída na programação da Conferência Nacional da Economia Solidária a  
160 ser realizada em junho. A Sra. Adélia Moreira Pessoa reforçou o que disseram as conselheiras  
161 Celina e Dirlene no aspecto internacional, de que a moção saísse o mais rápido possível, e sugeriu  
162 uma recomendação aos Conselhos Municipais da Mulher para a realização de audiências públicas  
163 sobre participação de mulheres nos espaços de poder e decisão tendo em vista as eleições  
164 municipais deste ano, a exemplo do que está sendo feito em Sergipe em vários espaços. Reforçou o  
165 apresentado pela conselheira Chopelly, de que o CNDM precisava estar incluso nos Grupos de  
166 Trabalho criados. Disse que a defesa da reserva de cadeiras tem uma resistência enorme no  
167 congresso nacional, sugerindo que se tenha uma atuação mais direta no congresso nacional para  
168 seguir determinados projetos de lei que estão em andamento, e disse que a reforma do código civil  
169 ainda não está no congresso. A Sra. Chopelly Glaudyston Pereira dos Santos disse não concordar  
170 com o critério de ter visto para que a pessoa possa viajar representando o Conselho e defendeu que  
171 haja uma força tarefa para providenciar visto para a conselheira que tenha sido escolhida para uma  
172 viagem internacional. Defendeu que as conselheiras que já foram no ano em curso representar o  
173 conselho, tenha o bom senso de não se candidatarem para possibilitar outras conselheiras  
174 representar o conselho nos eventos. Pontuou discordar de comentários que teve conhecimento de  
175 que as conselheiras estariam sendo escolhidas a partir da capacidade técnica, e citou como exemplo  
176 a conselheira Andremara. A Sra. Sandra Marrocos disse que os critérios eram decisão do conselho,  
177 mas explicou que o visto diplomático só pode ser solicitado para quem ocupa cargo de gestão. A  
178 Sra. Mara Luzia Feltes disse que esse mesmo debate ocorreu no ano passado e na época foi feita a  
179 solicitação para que as conselheiras já fossem providenciando os documentos necessários como

180 passaporte e visto. Defendeu que o critério seja definido quando a demanda chegar. A Sra.  
181 Andremara dos Santos reforçou que no CNDM ela é uma conselheira como todas as outras e que  
182 considera a escolha das representações do CNDM transparentes e democráticas. Ratificou a posição  
183 da conselheira Mara sobre o visto, dizendo que as conselheiras precisam estar preparadas para o que  
184 aparecer. A Sra. Alison Regina Mazza Lubascher agradeceu a oportunidade e informou que a BPW  
185 possui status consultivo na ONU desde 1947 e que suas membras fazem esforço para não o perder,  
186 pois essa conquista foi da fundadora da BPW. Sendo assim, explicou que viajaria de toda forma,  
187 mesmo se não fosse representando o CNDM, informando que na BPW todas são voluntárias e  
188 custeiam a sua própria viagem, e que se sentia honrada em representar as colegas conselheiras. Com  
189 relação aos critérios, disse que anotou suas contribuições para a reunião que fosse pautado esse  
190 assunto e agradeceu a oportunidade e a confiança de escolherem ela como uma das representantes  
191 na CSW. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques anunciou o próximo ponto de pauta: a escolha e o  
192 referendo de uma representação do CNDM na incidência no Congresso de 11 a 14 de março,  
193 atividade organizada pela Frente Nacional pela Legalização do Aborto, pelos grupos do Programa  
194 de Autonomia Sexual e pela Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular,  
195 será uma semana de ativismo no Congresso Nacional. Participa da Frente Parlamentar Feminista  
196 Antirracista com Participação Popular, explicou que os movimentos de mulheres e feministas estão  
197 se organizando para poder acompanhar várias leis que irão reduzir o direito ao aborto legal e que  
198 estão para ser votadas no congresso. Sendo assim, afirmou que estes grupos estão buscando se  
199 organizar para garantir que isso seja garantido e para fazer a discussão da ampliação do direito ao  
200 aborto, pois essa é uma questão democrática para as mulheres, para que elas possam decidir sobre  
201 seu corpo. Falou que foi baseado nesta discussão que se organizou com essas três frentes de  
202 mulheres, que aglutinam vários outros movimentos, essa incidência dentro do Congresso,  
203 pontuando que várias conselheiras já estariam nessa frente, e que a proposta dos movimentos era  
204 que o CNDM esteja presente com sua representação. Anunciou a proposta de que fosse escolhida  
205 uma representante para estar presente nessa incidência além das que já estarão pelas suas entidades  
206 e que já moram em Brasília. A Sra. Vanja Andréa Reis dos Santos pontuou que no dia anterior a  
207 Coordenação Política havia proposto o nome da conselheira Dirlene para essa representação do  
208 CNDM. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques retomou a palavra e explicou que seu nome foi  
209 proposto pois ela representa no CNDM a rede feminista saúde e direitos sexuais e direitos  
210 reprodutivos, além de compor a Câmara técnica de Legislação e Normas, na qual tem o GT de

211 direitos sexuais e direitos reprodutivos que ela também representa. A Sra. Sandra Marrocos  
212 perguntou se mais alguém se candidatava e explicou que apenas uma seria escolhida e, na ausência  
213 de manifestação, encaminhou para votação e o nome da conselheira Dirlene foi decidido por  
214 unanimidade. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques aproveitou para insistir no convite para as  
215 colegas que estivessem em Brasília que colaborassem com essa ação e, em seguida, propôs  
216 antecipar um ponto de pauta para poder terminar até o meio-dia: a aprovação do calendário anual de  
217 reuniões ordinárias do Conselho para 2024. A Sra. Sandra Marrocos apresentou a proposta de  
218 calendário e explicou a importância de definição do calendário para agilizar a convocação e  
219 organização das reuniões. Além disso, informou que este calendário já havia sido aprovado pela  
220 Coordenação Política. A próxima será a 75ª Reunião Ordinária 23, 24 e 25 de abril, 76ª Reunião  
221 Ordinária 25, 26 e 27 de junho, 77ª Reunião Ordinária 27, 28 e 29 de agosto, 78ª Reunião Ordinária  
222 22, 23 e 24 de outubro, 79ª Reunião Ordinária 17, 18 e 19 de dezembro - 1ª Reunião da  
223 Coordenação Política 30 de janeiro; 2ª Reunião da Coordenação Política 05 de março; 3ª Reunião  
224 da Coordenação Política 02 de abril; 4ª Reunião da Coordenação Política 07 de maio; 5ª Reunião da  
225 Coordenação Política 04 de junho; 6ª Reunião da Coordenação Política 09 de julho; 7ª Reunião da  
226 Coordenação Política 06 de agosto; 8ª Reunião da Coordenação Política 10 de setembro; 9ª Reunião  
227 da Coordenação Política 05 de novembro. A Sra. Deusimar Corrêa disse que observou que as datas  
228 do calendário vão além de julho e sugeriu que essas datas de julho não constassem ainda,  
229 considerando que haverá eleição. A Sra. Sandra Marrocos disse que este calendário garante que as  
230 reuniões possam ser convocadas com mais tranquilidade e sejam mais organizadas. A Sra. Celina  
231 Alves Padilha Arêas observou que a partir do segundo semestre tem eleição para o conselho, e  
232 argumentou que pode ocorrer de muitas das conselheiras que estão agora não estejam no próximo  
233 mandato, sugerindo que fossem aprovadas apenas as datas até julho pois acredita ser ruim entrar no  
234 conselho com um calendário já definido. A Sra. Vanja Andréa Reis dos Santos disse que o  
235 calendário já deveria indicar as datas consideradas básicas para o feminismo a fim de que pudesse  
236 se pensar as ações, pontuando que a data de março já deveria estar fechada no calendário e  
237 solicitando que numa próxima reunião o calendário fosse completado com as observações feitas  
238 nesta reunião. A Sra. Sônia Da Costa parabenizou a iniciativa do calendário para poder se organizar  
239 e garantir a presença nas reuniões do conselho e pediu apoio das colegas para que o calendário seja  
240 aprovado todo ano. A Sra. Alice Bianchini fez observação sobre as datas comemorativas que achou  
241 que seriam lidas para que as conselheiras pudessem acrescentar outras datas a partir de suas lutas e

242 suas propostas. Com relação ao que a conselheira Celina pontuou, a Sra. Alice Bianchini afirmou  
243 que o calendário é do conselho e que as conselheiras governamentais permanecem, por isso  
244 concorda com a definição do calendário do conselho independente se a sua entidade vai permanecer  
245 ou não. A Sra. Sandra Marrocos explicou que o calendário estava por enquanto apenas com as datas  
246 das reuniões do pleno e da coordenação política e que as considerações seriam incorporadas e  
247 encaminhadas para votação, sendo o calendário aprovado por unanimidade. A Sra. Maria Dirlene  
248 Trindade Marques anunciou a hora do intervalo para almoço e informou que o retorno deveria ser às  
249 13:30 para poder seguir com os pontos de pauta previstos. **Abertura da Reunião no período da**  
250 **tarde:** Foi presidida pela Conselheira Mara Luzia Feltes, que fez uma saudação inicial e explicou a  
251 dinâmica da reunião na parte da tarde e explicou que seria encarregada das inscrições e de controlar  
252 o tempo de fala a responsável seria a conselheira Sandra Laules e com apoio técnico de Sandra  
253 Marrocos e Atiliana Brunetto. A Sra. Mara Luzia Feltes anunciou que a assessora Ana Rocha e a  
254 conselheira Vanja Andréa já estavam na mesa para a apresentação do Mapa Colaborativo. A Sra.  
255 Vanja Andréa Reis dos Santos iniciou a apresentação falando que o Mapa Colaborativo foi criado  
256 por Sandra Marrocos, Ana Rocha, e ela e mais recentemente a Coordenadora-Geral do Observatório  
257 de Gênero foi convidada para contribuir nas próximas fases no Observatório. Explicou que o Mapa  
258 foi uma sugestão da Ministra em uma reunião do Conselho e tem como objetivo contribuir para que  
259 a 5ª Conferência seja a mais inclusiva possível, para alcançar as entidades além das que já são  
260 conhecidas. O Mapa é uma ferramenta construída para alcançar as mulheres e organizações que  
261 estão mais invisíveis e que se trata de um formulário simples, com objetivo de identificar a  
262 entidade, o contato e foco de atuação, se a entidade tem CNPJ, se urbana ou rural. Falou que o  
263 formulário foi debatido para que fosse acessível em termos de linguagem e que foi passado pela  
264 CONJUR, que orientou inserir uma questão para que indicasse autorização de divulgação dos  
265 dados. Informou que tem havido esforços para que o Mapa chegue na ponta, desta forma, foi  
266 divulgado nas redes sociais do Ministério, foi feita reunião com os conselhos para divulgarem nos  
267 estados, no fórum de mulheres de partido político, na marcha das margaridas, na marcha das  
268 mulheres indígenas, e será reforçado na reunião de março. Também houve reunião com o GT de  
269 igualdade salarial onde 5 centrais sindicais participaram e estas se comprometeram a divulgar nas  
270 suas bases. Seguiu explicando que o mapa é um banco de dados importante para o ministério e para  
271 o conselho e vai ter uma alimentação permanente no sistema. O desafio, é aprimorar os dados, a  
272 utilização e classificação bem como definir um critério de disponibilização dos dados, devendo ir

273 para um espaço institucional para que seja classificado e disponibilizado a partir de critérios  
274 estabelecidos de utilização. A Sra. Sandra Marrocos apresentou os gráficos estatísticos do Mapa  
275 direto do sistema. A Sra. Mara Luzia Feltes agradeceu a Sandra Marrocos, Ana Rocha e Vanja  
276 Andréa pela apresentação e abriu para manifestações. A Sra. Rosa Melo, parabeniza a iniciativa e  
277 considera uma necessidade conjuntural se reconectar com os núcleos, as bases e os territórios.  
278 Informou que o Conselho Estadual do Rio Grande do Norte inseriu como ponto de pauta da  
279 primeira reunião do ano o Mapa Colaborativo, pois tem como foco iniciar o ano fazendo um  
280 mapeamento para definir um planejamento de ofensiva para aumentar a conexão com os  
281 movimentos e aumentar a quantidade de conselhos municipais, sendo assim, perguntou se o CNDM  
282 disponibilizava o vídeo do Mapa para apresentar na reunião do Conselho Estadual do Rio Grande  
283 do Norte e se serão disponibilizadas informações sobre os movimentos e entidades que existem no  
284 estado para que se possa criar estratégias de se conectar com esses movimentos. A Sra. Francilene  
285 Carvalho de Mesquita perguntou sobre o prazo para preenchimento do formulário para poder  
286 divulgar e pediu para fixar a postagem sobre o Mapa no Instagram do ministério. A Sra. Ivanete  
287 Alves de Oliveira perguntou quais entidades se inscreveram no Mapa e afirmou achar interessante  
288 ter acesso a essas informações para poder divulgar nos locais que tenha menos respostas. A Sra.  
289 Celina Alves Padilha Arêas parabenizou o trabalho do Mapa e perguntou se o formulário contempla  
290 o número de mulheres prefeitas, vereadoras ou se esse não era o eixo. E perguntou se tem como  
291 saber quantos e quais os movimentos responderam o Mapa em Belo Horizonte. A Sra. Adélia  
292 Moreira Pessoa solicitou acesso aos dados de Sergipe e que os dados relativos a entidades inscritas  
293 sejam apresentados no gráfico também na forma proporcional ao número de mulheres de cada  
294 unidade da federação (x entidades/ por 100 mil mulheres). A Sra. Sandra Marrocos respondeu que  
295 os dados serão disponibilizados, mas não neste momento. O Mapa precisa ser apresentado em  
296 outras reuniões e colegiados e explicou que, por enquanto, só poderá informar dados quantitativos e  
297 não nome das entidades. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques disse que a proposta da  
298 conselheira Adélia era simples de fazer, bastando ter a colaboração de uma pessoa que trabalha com  
299 estatística e afirmou que a proporcionalidade era um dado importante. A Sra. Mara Luzia Feltes  
300 encaminhou a solicitação da possibilidade de inserir a questão da proporcionalidade em relação a  
301 quantidade de mulheres de cada estado e seguiu para o próximo ponto de pauta referente a atividade  
302 do CNDM alusiva ao mês de março, tendo como proposta seja realizada nos dias 26 e 27 de março  
303 de 2024, denominado Encontro Nacional de Movimentos Sociais de Mulheres e Feministas, tendo

304 sido criada uma comissão composta por Alice Bianchini, Alison Regina Mazza Lubascher, Maria  
305 Dirlene Marques, Mara Feltes, Sandra Laules, Vanja Andréa, Luanda Pires, Sandra Marrocos,  
306 Atiliana Brunetto e Malu Aquino. A Sra. Mara Luzia Feltes falou que a proposta que a comissão  
307 trazia para o pleno era uma proposta de dois dias de evento, com o tema “Pela vida das mulheres:  
308 um consenso entre nós”, tendo como público 300 mulheres; 230 mulheres de movimentos (campo,  
309 cidade, floresta, águas e outros); 64 conselheiras CNDM (titulares e suplentes); 10 equipe  
310 MMulheres. Sugeriu que o debate aconteça de forma organizada, primeiro a data, depois os critérios  
311 e observou que a data proposta coincide com período de feriado, sendo assim, o Congresso poderia  
312 estar esvaziado. A Sra. Sandra Marrocos lembrou que a data foi votada na reunião do próprio  
313 conselho e que a equipe já estava se organizando, inclusive em termos de agenda das autoridades,  
314 para a data votada. A Sra. Evelin Cavalini Santana disse que concordava com a conselheira Mara  
315 Feltes pois a partir da quinta feira já não se tem muita gente no Congresso e com isso a ação não  
316 atingiria o objetivo. Disse que foi uma falha não ter percebido essa situação do feriado antes, mas  
317 que não precisava concentrar os eventos apenas para março. Perguntou se as mulheres teriam  
318 passagem e hospedagem e argumentou que poderiam ter muitas mulheres que estariam realizando  
319 sua primeira viagem e que a hospedagem em Brasília teria um custo alto, portanto era necessário se  
320 pensar nessa questão. Pediu que a comissão organizadora pensasse sobre a possibilidade de a ação  
321 ser frustrada por esvaziamento do congresso. A Sra. Ivanete Alves de Oliveira disse que trabalhava  
322 na câmara federal e informou que quando tem recesso os deputados são autorizados a trabalharem  
323 de forma remota, então no feriado de março provavelmente deputados estariam trabalhando de  
324 home office, e propôs que se pensasse em alguma estratégia de abordagem ou mudasse a data. A  
325 Sra. Maria Dirlene Trindade Marques disse que compreendia a colocação da Sra. Sandra Marrocos,  
326 porém disse que erros podem acontecer e colocou a questão de qual é o objetivo do encontro, se  
327 tentar estreitar as relações com os movimentos sociais e cobrar dos parlamentos ou seria um  
328 encontro para um momento de o presidente e a ministra assinarem algum decreto. Disse que se o  
329 encontro fosse para estreitar a relação com os movimentos, não fazia sentido ser realizado em  
330 março. A Sra. Alice Bianchini acrescentou que em semana curta no congresso, as atividades se  
331 concentravam, então não seria possível realizar atividades, além da questão dos voos que estariam  
332 muito cheios e difíceis, além do alto custo. A Sra. Alice Bianchini argumentou que precisa ser  
333 delimitado o objetivo do encontro. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas disse que não lembrava de ter  
334 visto na ata a data de 26 e 27 de março e reforça o que a conselheira Maria Dirlene Marques

335 colocou, de definir qual o objetivo do encontro, se para assinatura de algum decreto ou de conversar  
336 com deputados. Além disso, a Sra. Celina Alves Padilha Arêas perguntou se teria autonomia de  
337 mexer na data ou se já está agendada com o presidente. A Sra. Vanja Andréa Reis dos Santos  
338 explicou que esta atividade ficou sendo como a atividade do conselho para o mês de março, a qual  
339 tem dois propósitos, o encontro com os movimentos e a incidência no congresso e disse que além  
340 do feriado, a quinta feira não era um bom dia da semana para a incidência no congresso.  
341 Argumentou que precisava se pensar em locais para acomodar todas as mulheres do encontro. A  
342 Sra. Andreмара dos Santos disse que era preciso se apropriar de que, para a defesa dos direitos das  
343 mulheres, todo mês é março, e sugeriu que mudasse a data. Encaminhou outra opção, que se  
344 transformasse o encontro em momento de assinatura de moções e decretos junto ao presidente. A  
345 Sra. Mara Luzia Feltes falou que era preciso tomar decisões e lembrou que o conselho desejava  
346 realizar uma atividade do CNDM no mês de março que marcasse e mostrasse o CNDM, sendo  
347 assim, havia se pensado na segunda quinzena de março e que a comissão falhou em não perceber a  
348 situação do feriado. Perguntou se seria decidido por manter o mês de março, mudando para a  
349 semana anterior, ou se não fosse possível mudar a data, poderia rever a programação e antecipar a  
350 incidência para a terça. A Sra. Cleide Jane Figueiredo de Araujo propôs que mudasse para um dia  
351 antes, o dia 25, e se mudasse a programação do ato político. A Sra. Sônia Maria Zerino da Silva diz  
352 que com o objetivo de estreitar e potencializar o conhecimento do papel de cada movimento social  
353 dentro da atual conjuntura, que é o objetivo deste encontro e a entrega da carta afirmativa de  
354 direitos aos parlamentares, acredita que o dia 26 e 27 de março, não é uma boa data. A Sra. Sônia  
355 Maria Zerino da Silva informou que a CNTI central de treinamento tem um espaço que é possível  
356 comportar as 300 mulheres do evento, com refeição completa e diária bem acessível e  
357 disponibilidade para acomodar mil trabalhadoras. A Sra. Chopelly perguntou se o evento estava  
358 sendo planejado para 300 mulheres, se o ato de entregar a carta pretendia colocar as 300 mulheres  
359 dentro do congresso para entregar a carta, ou haveria uma marcha para a entrega de algum  
360 documento ao presidente. Disse que o presidente receber 300 mulheres para um ato valeria mais do  
361 que entregar uma carta ao congresso e disse que era preciso pensar o que seria feito com 300  
362 mulheres em Brasília. Disse que 300 mulheres era um número significativo e acreditava que era  
363 preciso ver a agenda do presidente. A Sra. Andreмара dos Santos disse que concordava com  
364 Chopelly e propôs que se mantivesse a data pensando num ato com o presidente. A Sra. Sandra  
365 Marrocos explicou que o Encontro não era para fazer um ato, o encontro era muito maior, onde

366 seriam divididos os grupos para trabalhar e ajudar a nos reencontrar. A Sra. Sandra Marrocos  
367 sugeriu que fosse prorrogado para maio. A Sra. Deusimar disse que não achava justo que o encontro  
368 fosse feito em dois dias pois as mulheres que viriam dos seus territórios chegariam cansadas,  
369 portanto, defendeu que as mulheres pudessem vir um dia antes e ir embora um dia depois. A Sra.  
370 Sonia CNTI disse que poderia ser prorrogado o encontro, mas que ainda precisaria ver a atividade  
371 do CNDM alusiva ao mês de março. A Sra. Dirlene disse que o objetivo do encontro era estreitar a  
372 relação com os conselhos estaduais pois isso cresce as atividades do conselho nacional e estimula  
373 regionalmente a se criar esse laço. Disse que precisava colocar a atividade que o conselho está  
374 fazendo dando visibilidade ao conselho, para poder definir o que é o conselho e o que é o  
375 ministério. Perguntou como seria decidido quais as mulheres viriam e que a definição desses  
376 critérios seria complexa, portanto, seria conveniente a proposta de prorrogação. A Sra. Dirlene  
377 parabenizou a Sra. Sandra Marrocos pela flexibilidade de aceitar a mudança da data. A Sra. Cleide  
378 Jane propôs a manutenção da data de março visto que o ato seria apenas um momento do encontro.  
379 A Sra. Francilene propôs que, independentemente da data, que se priorizasse um encontro das  
380 mulheres com o presidente. A Sra. Vanja perguntou, se fosse prorrogado o encontro, qual seria a  
381 programação de março para o conselho. Falou que a Ministra anunciou que fará uma atividade do  
382 mês de março, portanto propôs que as conselheiras que estivessem em Brasília e a coordenação  
383 política pudesse estar presente nessa atividade e afirmou ser um bom momento para pontuar a  
384 opinião deste conselho sobre o processo político eleitoral deste ano para as mulheres, pois o  
385 conselho tem uma nota técnica aprovada que diz não ao perdão dos partidos políticos que não  
386 investir em candidaturas de mulheres. Disse que seria importante firmar a posição de querer mais  
387 mulheres na política e entregar a carta para o congresso nacional e TSE. A Sra. Mara encaminhou  
388 para votação proposta de Cleide Jane de manter a atividade no mês de março e a proposta de Sandra  
389 Marrocos para prorrogar para o mês de maio. A Sra. Mara anunciou a proposta que venceu, a de  
390 prorrogar para o mês de maio a atividade, com um voto em contrário. A Sra. Sandra Marrocos pediu  
391 para manter o dia 21 e 22 para poder conseguir cumprir os prazos burocráticos dos trâmites  
392 necessários para organizar o evento. A Sra. Mara colocou em votação sobre a data proposta para  
393 maio e anunciou que foi aprovada a data de 21 e 22 de maio pela grande maioria, com um voto  
394 contrário e uma abstenção. Falou que precisava iniciar o debate sobre os critérios de escolha das  
395 mulheres para participar do encontro. A Sra. Alice Bianchini disse que os critérios precisavam ser  
396 decididos antes do próximo pleno considerando a proximidade do próximo pleno com a data do

397 encontro. A Sra. Sandra Marrocos informou que foi informada que os dias 21 e 22 de maio não  
398 seria compatível com a agenda da Ministra então solicitou que ficasse registrado o mês de maio,  
399 mas sem definição de data por enquanto. A Sra. Celina perguntou sobre a distribuição das vagas de  
400 participantes considerando os critérios, como seriam trabalhados esses critérios nos estados. A Sra.  
401 Sandra Marrocos explicou que dessas 300 mulheres, 64 são do conselho e que os critérios seriam  
402 criados para as demais. Falou que precisava se pensar na proporcionalidade e regionalidade, e  
403 considerar a diversidade e territorialidade. A Sra. Mara disse que os critérios foram propostos pela  
404 comissão e ainda não foram debatidos e que o pleno era o local de discussão. A Sra. Chopelly  
405 Santos disse que queria fazer a defesa das mulheres LBTs propondo que fossem debatidas as  
406 triagens das vagas com as quatro redes LBTs. A Sra. Rafaela Damasceno disse que acompanhava a  
407 conselheira Chopelly e propôs que a divisão fosse feita pelas letras, dividindo 7 vagas para  
408 mulheres lésbicas, 7 para mulheres trans e 7 para pessoas trans redesignadas, porém se coloca o  
409 recorte racial. A Sra. Evelin Cavalline disse que acompanhava a solicitação das companheiras,  
410 inclusive o recorte de 50% para mulheres negras. A Sra. Luanda Pires propôs que se pedisse para  
411 que as entidades que responderam o mapa indicassem as representantes LBTs. A Sra. Ivanete disse  
412 que os critérios que a Conferência Nacional faz é interessante, o Estado define quem são as  
413 entidades para participarem da conferência e perguntou como fariam essa divisão. A Sra. Ivanete  
414 também perguntou como as entidades que não estão no conselho poderiam participar, como por  
415 exemplo o movimento negro, e defendeu que se tivessem cotas. A Sra. Josilene Lúcia dos Santos da  
416 SENATP sugeriu que a comissão fizesse os critérios considerando toda a diversidade, e os  
417 movimentos nos estados fizessem uma plenária para eleger os movimentos que iriam participar,  
418 pois ficaria complicado o conselho escolher as entidades que iriam participar. Disse entender que os  
419 critérios e os objetivos deveriam feitos pelo conselho, mas a escolha deveria ser feita pelos  
420 movimentos em plenária nos estados, protegendo o CNDM de ser acusado de não estar sendo  
421 democrático. A Sra. Mara disse que entende que precisa considerar a proporcionalidade por estado e  
422 concordou que cada estado discuta quem viria. A Sra. Dirlene disse que qualquer critério poderia  
423 ser distorcido e não teria abrangência, então acredita que precisa ter alguns critérios mais objetivos  
424 para reduzir o mínimo possível essas distorções. A Sra. Dirlene disse que não pode se limitar às  
425 entidades que compõem o CNDM. A Sra. Chopelly ratificou seu posicionamento de que as  
426 entidades LBTs do CNDM deveriam discutir, e não escolher, as participantes. A Sra. Sandra  
427 Marrocos disse que entendeu que a proposta da Chopelly não é que elas escolham as mulheres, mas

428 que dessas 230 vagas haja reserva de 21 para esse universo: 7 para trans redesignadas, 7 para trans  
429 não redesignadas e 7 para LBTs, ou seja, são critérios e não indicação de nomes. A Sra. Mara  
430 colocou em votação a reserva de 21 vagas para LBTs. A Sra. Evelin pediu a palavra por questão de  
431 ordem para dizer que percebeu que não foi considerada as mulheres bissexuais e propôs 24 vagas,  
432 distribuindo 6 vagas para cada: trans não redesignadas, trans não redesignadas, lésbicas e  
433 bissexuais. A Sra. Luanda falou sobre as mulheres intersexos e propôs 10% dessas 24 vagas para  
434 dividir de forma isonômica. A Sra. Chopelly propôs votar as 24 e depois se fosse aprovada a  
435 proposta, as redes LBTIs se juntariam para discutir e decidir como seria essa divisão. A Sra. Mara  
436 disse que a mesa acatava a proposta da Chopelly. A Sra. Cleide Jane perguntou se teriam outros  
437 tipos de cotas para mulheres negras, portadoras de HIV e outros. A Sra. Celina disse que tinha  
438 entendido que havia um critério geral e perguntou se o critério em discussão teria obrigatoriedade  
439 de cumprir os critérios que são gerais. A Sra. Mara explicou que a mesa entendia que havia se  
440 proposto cota e não critério e evidente que esta cota teria que observar os critérios gerais e colocou  
441 em votação a cota proposta por Chopelly ratificada pela conselheira Evelin, Rafaela e Luanda de 24  
442 vagas para mulheres LBTIs. A proposta foi aprovada por unanimidade. A Sra. Mara encaminhou a  
443 proposta da conselheira Maria Dirlene de que se tenha o Mapa como referência para  
444 proporcionalidade da distribuição das 206 mulheres que vão participar desse Encontro e que a  
445 forma de escolha em cada estado seja feita a partir de plenárias. A Sra. Cleide Jane disse que não  
446 concordava que a divisão fosse por estado, pois o Nordeste teria o maior número de estados e as  
447 regiões que têm menos estados ficariam prejudicadas, sugerindo que a divisão seja feita por região e  
448 que a região discuta como dividir entre seus estados. A Sra. Sonia MTCI solicitou que fosse  
449 observado em algum momento, não como cota, a mulher com deficiência e se colocou à disposição  
450 para que os nomes das pessoas com deficiência sejam tirados em conjunto com o CONADE que é o  
451 Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência. A Sra. Celecina fez uma provocação sobre a  
452 preocupação em se chegar aos locais mais ermos, afirmando que quanto mais se burocratiza os  
453 critérios, a exemplo das plenárias, mais difícil será de chegar a esses locais, a exemplo da sua  
454 experiência enquanto mulher de favela. A Sra. Sandra Marrocos propôs que a proporcionalidade a  
455 partir do Mapa seja por região e retirar a plenária para desburocratizar os critérios. A Sra. Cleide  
456 Jane solicitou uma reserva de vagas para mulheres que vivem com AIDS. A Sra. Mara explicou que  
457 a plenária não foi uma proposta, foi apenas um exemplo, mas que a sua proposta é que cada estado  
458 ou região decida como será feita a escolha. Disse que entende que se formos listar cotas, teríamos

459 muita cota, e teria que ser apenas o critério de cotas e não por região. A Sra. Cleide Jane disse que  
460 estava defendendo a cota para o seu segmento de mulheres convivendo com AIDS e disse que  
461 tirando a cota para as LBTIs sobravam 206, 41 por região e a região sul seria a mais prejudicada.  
462 Perguntou se haveria Edital para escolher essas mulheres. A Sra. Tereza Godinho MTE disse que  
463 compreendeu que quando votou a favor das cotas para LBTIs foi compreendendo que toda a seleção  
464 das representantes e movimentos será feito de nível nacional e disse que se preocupa com a questão  
465 das cotas por movimentos. Disse que no planejamento foi defendida a proporcionalidade por estado  
466 e não por cotas ou por região. A Sra. Deusimar sugeriu que a comissão se reunisse para discutir  
467 sobre essa definição. A Sra. Celina disse que a Comissão teve trabalho para chegar aos critérios  
468 para as participantes e os critérios para a escolha das participantes. A Sra. Cleide Jane disse que se  
469 sentia contemplada pela fala da conselheira Deusimar e Celina e esclareceu que defendeu cota por  
470 segmento e não por entidade. A Sra. Mara encaminhou que definiu as cotas e sobraram 206 vagas  
471 de acordo com a conta que a Cleide Jane fez, para ser decidido quem participará. A Sra. Mara  
472 propôs que a comissão se reunisse para debater os critérios, seguindo a sugestão da Deusimar e  
473 perguntou se havia alguma outra proposta. Por unanimidade foi decidido que a Comissão trabalhará  
474 dessa forma. A Sra. Sandra Marrocos informou que fomos convidadas pelo Ministério do  
475 Planejamento em parceria com a OCDE no dia 28 de fevereiro e solicitou a indicação de uma  
476 representante da Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento. O Pleno aprovou a indicação da  
477 Mara. (PAUSA DE 5 MINUTOS) A Sra. Mara seguiu para próximo ponto da pauta para formar a  
478 comissão eleitoral. Ficou aprovada a formação da Comissão da seguinte forma: Vanja Andréa Reis  
479 dos Santos, Ivanete Alves de Oliveira, Mara Luzia Feltes da Sociedade Civil, Luanda Pires,  
480 Representante do Notório Conhecimento e Sônia Da Costa e Grace Fátima Souza Rosa entre as  
481 governamentais. A Sra. Celecina agradeceu a acolhida e anunciou sua saída do CNDM e anunciou a  
482 vinda de outra representante do EcoVida, Aldinéia Machado Gomes, que é de Macapá, formada em  
483 gestão pública e traz a grande questão da construção da casa da mulher da fronteira que será  
484 construída com auxílio do governo francês. A Sra. Celecina disse que para ela, uma mulher negra,  
485 que desce o morro, a favela do vidal brasil, estar ali era uma honra e agradeceu a cada uma das  
486 conselheiras. A Sra. Celecina lembrou que continua nas lutas e que a favela precisava das vozes  
487 delas. **Encerramento:** Finalizadas as discussões, a reunião foi encerrada.